



Memória e tensividade: as Jornadas de Junho de 2013 na charge e no editorial*

Marcos Rogério Costa (FFLCH/USP)*

Resumo: As ruas eram tomadas por multidões que gritavam, esbravejavam e queriam grandes reformas econômicas, políticas e sociais em junho de 2013, depois do aumento das tarifas de transporte público nas cidades de São Paulo-SP e Rio de Janeiro-RJ. Esse acontecimento foi nomeado de *Jornadas de Junho*. Neste artigo, o objetivo é investigar, a partir da construção do corpo do ator manifestante das Jornadas de Junho de 2013, a presença sensível da memória no gênero charge e no gênero editorial. Para tanto, selecionamos como *corpus* dois textos, um de cada gênero, publicados no mesmo dia, na mesma página e no mesmo veículo midiático, a saber: a charge do cartunista Benett Alberto de Macedo (Macedo, 2013) e o editorial “Retomar a Paulista” (olha de São Paulo, 2013), ambos publicados na página A2 da *Folha de São Paulo* do dia 13 de junho de 2013. Nosso arcabouço teórico parte da concepção semiótica de corpo que entende a enunciação como instância pressuposta ao enunciado (Discini, 2015; Greimas; Courtés, 2008). Desse modo, exclui-se do âmbito de pertinência da semiótica a pessoa de carne e osso, isto é, o referente é interno, imanente à linguagem. A memória que perscrutamos neste estudo é a de caráter discursivo. A partir do esquema tensivo de Zilberberg (2001) e da proposta de Pessoa de Barros (2011) para o estudo do discurso da memória, os resultados de análise do *corpus* apontam que a charge, ao privilegiar a concessão, é mais tônica, mais rápida, mais concentrada e mais breve, portanto instaura a memória-acontecimento; enquanto que o editorial, ao instaurar mais sintagmas implicativos, é mais átono, mais lento, mais difuso, mais alongado, logo, tende a preferir a memória do acontecido.

Palavras-chave: Corpo; Manifestante; Memória; Semiótica.

1. Introdução

A identidade pessoal é uma identidade temporal. (Ricoeur, 2007, p. 115)

Com o aumento das tarifas de transporte público em São Paulo-SP e Rio de Janeiro-RJ em meados de junho de 2013, aconteceram manifestações populares que paulatinamente foram se alastrando por todo o Brasil. Entre os dias 17 e 21 de junho, mais de doze milhões de pessoas foram às ruas protestar. A maioria dessas multidões era jovem, entre 14 e 24 anos (43%), com ensino superior completo (43%), renda familiar entre dois e cinco salários mínimos (30%), reivindicando melhorias no transporte público (53%), conforme dados da Pesquisa IBOPE.¹ Secco (2013) destaca que “desde 1992 não havia protestos amplos e generalizados no país, logo, só poderia ser a primeira vez dos jovens manifestantes” (Secco, 2013, p. 71).

Um fenômeno como este não poderia passar despercebido pelos estudos do texto e do discurso. Por isso, o objetivo deste artigo é investigar, a partir da construção do corpo do ator manifestante das Jornadas de Junho de 2013, a presença sensível da

memória no gênero charge e no gênero editorial. Expliquemos a pertinência deste estudo.

Não é somente o fator histórico que impulsiona o interesse dos pesquisadores do texto e do discurso perante esse fenômeno. São também as particularidades discursivas dessas manifestações. Como explica o historiador Nobre (2013a; 2013b), as manifestações de junho são bem distintas das duas outras grandes mobilizações que a antecederam no período de redemocratização brasileiro: as manifestações da Diretas Já, ocorridas em 1984, e o movimento pelo impeachment de Collor, datado em 1992.

Diferentemente de seus antecessores, os movimentos populares ocorridos em junho de 2013 formaram-se e funcionaram de maneira apartidária, mantendo a independência em relação ao governo e às demais bandeiras, ressalta Nobre (2013a). O historiador ainda discorre que:

[...] ao contrário de 1984 e de 1992, nenhum tipo de narrativa unificada se colocou de modelo para a formação de um movimento. Não é de um movimento que se trata, mas interpretações divergem sobre o que aconteceu. A ideia mesma de que seja

* DOI: 10.11606/issn.1980-4016.esse.2016.120536

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - FFLCH-USP. Endereço de e-mail: marcosmrcosta@gmail.com

¹ A pesquisa foi encomendada pelo programa *Fantástico*, da Rede Globo, e realizada nas capitais de sete Estados (SP, RJ, MG, RS, PE, CE, BA) e em Brasília no dia 20 de junho de 2013. Foram entrevistados 2002 manifestantes com 14 anos ou mais. A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou para menos.

possível um “relato do fatos” é questionável.
(Nobre, 2013a, p. 14)

Temos, assim, em mãos um fenômeno discursivo que não pode ser encapsulado em uma determinada grade interpretativa. Em outros termos, para além de um fato histórico marcante, as Jornadas de Junho demarcam um fenômeno discursivo fulcral: a polêmica discursiva. Ressalta-se que a polêmica não está concretada no âmbito do dito – como na maioria dos textos e discursos, como, por exemplo, nas ambiguidades semânticas das piadas –, mas no próprio dizer, isto é, no âmbito da enunciação, no domínio das crenças e dos valores que sustentam o ato enunciativo e a própria memória e cultura de um povo.

Como o historiador alertou, quando se trata das Jornadas de Junho, “a ideia mesma de que seja possível um ‘relato dos fatos’ é questionável” (NOBRE, 2013a, p. 14). Eis o que faz do fenômeno discursivo das Jornadas de Junho um rico material para o estudo do texto e do discurso, em especial para a semiótica de linha francesa.

Considerada a pertinência do fenômeno discursivo que colocamos à luz, tomamos como objeto de estudo o corpo discursivo do ator *manifestante*. Por *corpo discursivo*, entendemos uma unidade de sentido que respalda um “sujeito-no-mundo”, como propõe Discini (2015, p. 17):

Um corpo que se encerra numa consciência que transcende de si para o outro, seja este outro o mundo no qual o sujeito se instala ao tomar posição, ao julgar e fazer julgar, seja este outro o mundo no qual o sujeito se instala enquanto é afetado pelo que lhe sobrevém e o atinge sensivelmente, é precário e inacabado. Examinado no processo discursivo que o respalda, tal corpo favorece a decomposição de si no exame feito da enunciação segundo a hierarquia de lugares enunciativos que constitui a pessoa discursiva [...].

Salientamos que essa concepção semiótica de corpo válida e se ampara no seguinte pressuposto teórico: a enunciação é uma instância pressuposta ao enunciado. Esse subsídio teórico é interessante para a análise do texto e do discurso porque exclui de seu âmbito de pertinência a pessoa de carne e osso, isto é, o referente considerado é aquele construído internamente *no e pelo* texto. Logo, o manifestante que observaremos em nossa análise semiótica é aquele imanente à linguagem.

O sujeito-no-mundo é caracterizado a partir de um contrato fiduciário afiançado entre os parceiros da comunicação (enunciador-enunciatário). É este contrato fiduciário que determina o estatuto verificatório do discurso. Portanto, não estamos em busca de uma memória fundada na neurolinguística, nem na ontologia do mundo e de seus objetos.

A memória que perscrutamos neste estudo é a de caráter discursivo. Ressaltamos, assim, que nosso interesse não se funda na rememoração feita em livros de história, mas na memória que se faz na própria narração dos fatos, isto é, na memória que se (re)cria ao executar o ato fundante da linguagem humana: a narração. Como explica Ricoeur (2007, p. 108), “é principalmente na narrativa que se articulam as lembranças no plural e a memória no singular, a diferenciação e a continuidade”.

Neste artigo, partimos, assim, da concepção de que a construção de uma memória passa pelo exame dos efeitos de sentido ou simulacros criados na própria imanência dos textos e discursos.² Daí o nosso interesse de entendermos como essa memória se funda nos discursos e textos. Para isso, o fenômeno das Jornadas de Junho parece ser um material de investigação bastante pertinente.

Para investigarmos esse corpo discursivo que afeta e é afetado pelo mundo que o constitui dialogicamente nas Jornadas de Junho, recuperamos o processo de discursivização do ator do enunciado manifestante em dois gêneros distintos: a charge e o editorial. Entendemos gênero na concepção bakhtiniana como enunciado relativamente estável que circula em determinada esfera de atividade humana (Bakhtin, 2006). Nosso estudo, por conseguinte, possui caráter interdisciplinar, uma vez que associa a semiótica discursiva à filosofia bakhtiniana.

Além disso, concordamos com Discini (2010, p. 11) quando esta argumenta que “no âmbito dos estudos do discurso, o gênero pode ser entendido como um acontecimento que orienta a presença sensível”. Por isso, propomos recuperarmos metodologicamente a memória a partir de sua presença sensível em cada um dos gêneros selecionados. Para tanto, selecionamos como *corpus* dois textos, um de cada gênero, publicados no mesmo dia, na mesma página e no mesmo veículo midiático, a saber: a charge do cartunista Benett Alberto de Macedo, conhecido como Benett, (Macedo, 2013) e o editorial “Retomar a Paulista” (Folha de São Paulo, 2013), ambos publicados na página A2 da *Folha de São Paulo* do dia 13 de junho de 2013.³ O critério de seleção deste *corpus* se deve à

² Barros (2011, p. 44) define que “os simulacros são representações das competências respectivas que se atribuem reciprocamente aos participantes da comunicação e que intervêm como algo prévio, necessário a qualquer relação intersubjetiva. Os simulacros são objetos imaginários que os sujeitos projetam e que, embora não tenham nenhum fundamento intersubjetivo, determinam de maneira eficaz o comportamento dos sujeitos e as relações entre eles.”.

³ Ressaltamos que a edição do dia 13 de junho foi anterior ao confronto entre policiais e imprensa ocorrida durante o quarto ato de protesto. De acordo com Moreira e Santiago (2013), esse confronto modificou o posicionamento discursivo da grande imprensa: “a mídia, após, inicialmente, chamar os manifestantes de vândalos e baderneiros, resolveu fazer uma virada espetacular de opinião e passou a apoiá-los” (Moreira; Santiago, 2013, p. 17).

relevância e à abrangência da cobertura jornalística desse canal: a Folha de São Paulo é um dos veículos de comunicação mais antigos do Brasil e, atualmente, um dos que possuem maior circulação nacional.⁴

Compreendidas a nossa proposta teórica e a pertinência do *corpus* selecionado, dividimos metodologicamente este estudo em duas partes. Em um primeiro momento, resgatamos alguns aportes teóricos da semiótica discursiva para discutir a memória no âmbito do texto e do discurso. Já em segundo momento, fazemos uma análise do *corpus* selecionado a partir dos pressupostos da semiótica tensiva (Zilberberg, 2011) e da proposta de Pessoa de Barros (2011) para o estudo do discurso da memória.

2. Memória e historicidade: o primado da forma

No *Sémiotique. Dictionnaire raisonné de la théorie du langage II*, publicado em 1986, organizado por Greimas e Courtés, encontramos o conceito de *memória*, que é assinado por Joseph Courtés. Este semioticista, assim, problematiza a noção de memória:

Diferentemente das frases consideradas isoladas, o discurso parece possuir uma "memória" verdadeira. Ao contrário daqueles que o veem como uma simples concatenação de enunciados, nós reconhecemos, ao contrário, que, inscrito na continuidade do discurso, cada enunciado guarda em si, de fato, traços de um "passado" [...]. No mesmo sentido, é o suficiente para recordar, entre outros, que um dado sujeito sintático, inscrito em um percurso narrativo, é susceptível de ser definido pela posição que ele ocupa, uma posição que, evidentemente, inclui todos percursos já efetuados (Courtés, 1986, p. 136-7, tradução livre).

Courtés (1986, p. 137) explica ainda que a semiótica discursiva por defender essa proposta teórica se distancia da abordagem lógica que trabalha essencialmente com uma substituição formal de enunciados, a qual se sustenta "independentemente de sua 'história' anterior". Sendo assim, a semiótica discursiva reconhece, dentro de sua epistemologia, a problemática da memória para *além e aquém* de uma fórmula lógica. Entende-se, assim, a memória na continuidade e constituição dos discurso – eis o potencial heurístico que justifica a relevância desse conceito no âmago da teoria semiótica.

⁴ A primeira publicação da *Folha de São Paulo* foi em 19 de fevereiro de 1921, ainda com a alcunha de *Folha da Noite*. A sua média de venda diária, incluindo as edições impressa e digital, encontra-se em 342,2 mil no país. O estado de São Paulo contribui com a maior parte dessa venda consumindo cerca de 250,7 mil exemplares diários, conforme dados divulgados em 29 de junho de 2014 pelo Instituto Verificador de Circulação (IVC).

Para compreendermos porque a semiótica possui essa postura teórica que se distancia da lógica formal e da língua como nomenclatura do mundo natural, retomamos os postulados saussurianos e hjelmslevianos. No caso deste último, o linguista dinamarquês propõe que a oposição participativa é mais relevante para descrever os fatos da linguagem que a oposição distintiva:

O princípio estrutural que dirige o sistema linguístico dos casos é por definição pré-lógico. A relação entre dois objetos, que é a significação dos casos, pode ser concebida por um sistema de oposições lógico-matemáticas ou por um sistema de oposições participativas. Ora, só o sistema desta última espécie é que recobre os fatos da linguagem e permite descrevê-los pela via imediata. Mas seria possível reduzir o sistema da lógica formal e o da língua a um princípio comum que poderia receber o nome de sistema sublógico. O sistema sublógico fundamenta o sistema lógico e o sistema pré-lógico ao mesmo tempo [...]. (Hjelmslev, 1972, p. 127, tradução citada⁵).

Esse raciocínio de Hjelmslev que pauta os processos linguísticos a partir das oposições participativas – que são essencialmente relativas (por exemplo, “x” só existe em relação a “y”) – acompanha o pensamento de Ferdinand de Saussure. Como podemos constatar se retomarmos alguns trechos do *Curso de linguística geral*: “poder-se-ia chamar a língua o domínio das articulações [...]” (Saussure, 2013, p. 159); “Mas, de fato, os valores continuam a ser inteiramente relativos [...]” (Saussure, 2013, p. 160); “[...] *na língua só existem diferenças*” (Saussure, 2013, p. 167, grifo do autor).

Como argumenta Discini (2009), ao herdar a noção de valor linguístico e a metodologia hjelmsleviana de planos da linguagem que desdobra o signo saussuriano, a teoria semiótica consegue sustentar que o processo de significação na linguagem não está na naturalização dos objetos na língua, como se a língua fosse mero reflexo do mundo natural. Pelo viés semiótico, a significação se dá pelo valor, isto é, pelo conjunto de diferenças e semelhanças que faz um signo ser o que os outros não são. É nesse sentido que a semiótica se alinha à história e a recupera estruturalmente, como explica a semioticista:

A noção de valor também ampara a ideia de sistemas de crenças sociais. As representações simbólicas obedecem a um sistema que as rege, logo não se pode supor que sejam dadas aleatoriamente. Elas se organizam segundo certa formação ou rede estrutural. A estrutura não é a-histórica, e pensar isso acaba por clarear a própria noção de formações discursivas, que subsidiam os temas e as figuras do discurso. A assunção de valores ideológicos pela

⁵ Tradução livre de Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit e Waldir Bevidas em Fontanille; Zilberberg (2001, p. 62-62).

enunciação reverbera na axiologia estabelecida no nível fundamental, e, sendo a recíproca verdadeira, todos os patamares da construção do sentido esboçam certo lugar que o sujeito ocupa no mundo. (Discini, 2009, p. 598).

À semiótica da Escola de Paris, interessa, assim, a existência pensada a partir da categoria da presença, uma vez que não está em seu âmbito de pertinência emitir juízos ontológicos sobre a natureza dos objetos em análise. Como explicam Greimas; Courtés (2008, p. 194-5):

A teoria semiótica se coloca o problema da presença, isto é, da "realidade" dos objetos cognoscíveis, problema comum – é verdade – à epistemologia científica no conjunto. Nesse nível, ela pode contentar-se com uma definição operatória que não a compromete em nada, dizendo que a existência semiótica de uma grandeza qualquer é determinada pela relação transitiva que, tomando-a como objeto de saber, a liga ao sujeito cognitivo.

Fontanille; Zilberberg (2001) fundamentam mais um passo teórico a partir desse marco fundador da semiótica discursiva. Os estudiosos propõem que não podemos prever, para a categoria da existência, somente um fazer cognitivo (fazer-saber), temos de acolher também uma configuração perceptiva que sustente esse fazer-saber. Esse gesto teórico foi promovido graças à fenomenologia, em especial a de Merleau-Ponty (1999).⁶ Desse modo, a semiótica tensiva toma de empréstimo a noção de *campo de presença* que

assenta uma interpretação do par *presença/ausência* em termos de operações (aparecimento/desaparecimento) pelas quais os 'entes' sensíveis se destacam do 'ser' subjacente, e depois retornam a ele. O interesse dessa reformulação, de um ponto de vista semiótico, reside no fato de estar a presença aí definida em termos dêiticos, ou seja, em suma, a partir de uma espécie de presente linguístico; além disso, para a própria fenomenologia, a presença é o primeiro modo de existência da significação, cuja plenitude estaria sempre por ser conquistada. (Fontanille; Zilberberg, 2001, p. 123, grifo dos autores).

É nesse sentido tensivo que empregamos o termo *campo de presença*. Compreendendo essa postura teórica, vamos emparelhar a noção da memória à categoria da presença, tal como propõe Pessoa de Barros (2011, p. 19-20):

⁶ A proposta tensiva teve início a partir da publicação de *Semiótica das paixões*, de Greimas; Fontanille (1993). Esse último estudo de Greimas e Fontanille permitiu que os estudos semióticos posteriores atentassem para a relação existencial, imediata e imperativa entre o *eu* e o *não eu*, inspirados principalmente pelas teses de Merleau-Ponty, em sua obra seminal *Fenomenologia da percepção* (1999).

A noção de campo de presença, tal como desenvolvida por um ponto de vista tensivo, será um dos nortes epistemológicos que respaldarão o exame das formas de adesão do enunciatário aos discursos autobiográficos, uma vez que, em cada gênero e mesmo em cada texto, o enunciator, ao apresentar retrospectivamente a sua vida, regulamenta de forma singular a entrada das grandezas no campo de presença do enunciatário.

Embora não estejamos analisando neste estudo os discursos autobiográficos, como o faz Pessoa de Barros (2011, p. 20), a sua tese de que "o enunciator, ao apresentar retrospectivamente a sua vida, regulamenta de forma singular a entrada das grandezas no campo de presença do enunciatário" continua válida. Isso porque, embora o discurso jornalístico produza o efeito de sentido de realidade acoplado ao efeito de neutralidade, a sua forma de dizer e a sua seleção de conteúdos temático-figurativos a serem informados a seus leitores remetem a um forma singular de regulamentar a entrada das grandezas no campo de presença do enunciatário. O que diferencia o discurso jornalístico do discurso de um romance, por exemplo, é a maior ou menor força de um escopo pragmático. Logo, neste estudo, rompemos a dicotomia *fictício/real*, como defende Discini (2009, p. 22):

Vale romper a dicotomia *fictício/real*. Isso feito, podemos pensar numa escala linear em que, numa ponta, está a veridicção articulada ao grau máximo da força de incidência do escopo ou fiador pragmático; na outra, a veridicção articulada ao grau mínimo dessa força. Aqui se aloja a veridicção na sua variante tipológica, a verossimilhança (cf. Greimas; Courtés, 2008, p. 488). Lá, o "discurso da vida"; cá, o "o discurso da arte". Entre as extremidades e com a oscilação possível mais para uma e menos para outra, estão ancorados os gêneros discursivos. Aqueles de fronteira circulam em mais de uma esfera de a comunicação.⁷

Discini (2009) apoia essa ruptura a partir do estudo de Voloshinov (1976). Este estudioso russo contrapõe-se ao método sociológico do estudo da literatura que dissocia esta do fator ideológico que a perpassa. Para isso, ele refuta a dicotomia *externo vs. interno*. Para o filósofo russo, o artístico na sua totalidade não se localiza nem no artefato (semioticamente, na substância) nem nas psiques do criador (semioticamente, o enunciator) e do contemplador (semioticamente, o enunciatário). Em termos semióticos, segundo Discini (2015; 2009) retomando as ideias desse texto de Voloshinov (1976), o estético e o ético não são unidades de sentido dissociadas, isto é, a forma do conteúdo e a

⁷ A obra citada é Greimas, A. J.; Courtés, J. *Dicionário de semiótica*. Tradução de Alceu Dias et al. São Paulo: Contexto, 2008.

da expressão são constitutivamente reelaboradas na formação discursiva que as cultiva.

Além disso, Voloshinov explica que a característica distintiva dos enunciados concretos consiste no fato de que eles estabelecem uma miríade de conexões com o contexto pragmático da vida, e, uma vez desvinculados desse contexto pragmático imediato, eles perdem quase que toda a sua significação. Logo, para o pensador russo, cada enunciado que participa de uma atividade humana possui uma determinada *senha* conhecida apenas por aqueles que atuam no mesmo campo social. Sendo assim, devemos rejeitar a fetichização da obra de arte enquanto artefato raro e isolado na esfera de atuação humana. Por isso, segundo a proposta de Discini (2015), ao recuperar as noções de *discurso da vida* e *discurso da arte* de Voloshinov (1976), há, nos textos e nos discursos, um maior ou menor escopo com o contexto pragmático imediato. É nesta gradação do escopo do contexto pragmático que podemos distinguir literatura de jornal sem cairmos nas dicotomias *externo vs. interno* ou *ficção vs. real*, como propõe Discini (2009, p. 607):

Para distinguir literatura de jornal temos em mente que há diferentes modos de fazer assentar o relato na veridicção. O mesmo se dá em relação aos gêneros. Naqueles relativos ao discurso jornalísticos, como a reportagem, a veridicção não acolherá como próxima sua variável tipológica, a verossimilhança, mas móvel em relação ao escopo do “contexto pragmático”. A literatura goza de um grau maior de autocentramento da palavra.

Pelo viés da epistemologia das teorias da comunicação aplicadas, Benedito Juarez Bahia (1930-1998), um dos mais destacados jornalistas brasileiros, propõe que o jornalismo pode ser considerado “como literatura sob pressão” e que “sua essência é também antiliterária”:

O jornalismo é uma literatura sob pressão à medida que o que dele permanece como literatura resulta de um exercício de criação – ainda que mais de transmissão do que de invenção, mas nem por isso desprovido de inspiração – sob a pressão do tempo, a pressão do espaço e a pressão das circunstâncias. (Bahia, 2009, p. 39).

A notícia, expressão básica do jornalismo, tem o seu próprio território. Ela serve à literatura, faz literatura e até é literatura. Mas, acima de tudo, é jornalismo. Por isso não é uma contradição que seja um gênero literário. Contudo, a sua essência é também antiliterária à medida que não pode alterar os fatos, como não deve ser prolixa, sob a pena de distorcê-los ou descaracterizá-los. (Bahia, 2009, p. 41).

Compreendemos, assim, que a proposta semiótica não se afasta da epistemologia das teorias

da comunicação, que menos ou mais vislumbram também um limiar gradativo entre a literatura e o jornalismo.

Além das questões de gênero, Bahia (2009, p. 31) enfatiza que, no exercício de informar, “desde o começo, o jornalismo busca influenciar e alterar padrões de comportamento, induzindo atitudes, registrando formas de produção e gerando hábitos de consumo.”. Encontra-se, assim, respaldo para afirmar o papel histórico do jornalismo na formação discursiva de uma memória. Justifica-se também o nosso interesse nessa esfera de produção, circulação e recepção de discursos e textos para o estudo da memória discursiva.

Além disso, podemos dizer que o jornal é um meio propício e relevante para observarmos como o estético participa do ético, bem como o ético está intrinsecamente vinculado ao estético. Para constar isso resgataremos a historicidade dos textos a partir de suas estruturas. Isso porque, como Greimas (1975, p. 99) propõe, “não podemos inferir da temporalidade, aparente, dos comportamentos linguísticos sua historicidade; a descrição linguística tendo em vista as estruturas, é a partir destas que se deve procurar compreender se e como se veem ancoradas na história.”.

Portanto, não há *externo vs. interno* na análise semiótica da história, porque “a historicidade do sentido será incorporada à teoria sob o princípio da forma (no sentido hjelmsleviano do termo). Não será nunca, portanto, externa ao sentido.” (Fiorin, 2012, p. 9). Isso é possível porque a historicidade é partilhada *nas* e *pelos* relações entre os textos. E recuperar semioticamente a história pela relações entre os textos é uma forma legítima de reconstituir a historicidade dos textos, como propõe Fiorin (2012, p. 10), também sob a égide bakhtiniana:

A questão que se coloca é se é legítimo analisar a historicidade dessa maneira. Em primeiro lugar, ela será examinada nas relações entre textos. Com isso, não estaríamos elidindo o real em favor de sua representação? Para diferentes teorias linguísticas (talvez seja esse um ponto quase consensual nas teorias da linguagem), não temos acesso direto à realidade, pois nossa relação com o real é sempre mediada pela linguagem. Ele apresenta-se para nós sempre semioticamente, ou seja, linguisticamente. Por exemplo, afirma Bakhtin que “não se pode realmente ter a experiência do dado puro” (BAKHTIN, 1993, p. 32), o que implica que nosso discurso não se relaciona diretamente com as coisas, mas com outros discursos, que semiotizam o mundo. Como se vê, se não temos relação com as coisas, mas com os discursos que lhes dão sentido, as relações discursivas são o modo de funcionamento real da linguagem (Bakhtin, 1998, p. 86).⁸

⁸ As obras citadas são Bakhtin, Mikhail. *Toward a philosophy of the act*. Austin: University of Texas Press, 1993 e Bakhtin, Mikhail. *Questões de literatura e de estética* (A teoria do romance). São

De outra perspectiva teórica da semiótica da Escola de Paris, essa ancoragem da historicidade na imanência discursiva é também válida. Harkot-de-La-Taille (2013), acolhendo os desdobramentos da semiótica cognitiva representada principalmente pelos trabalhos do Grupo μ , de Per Aage Brandt e de Jean-Marie Klinkenberg, sustenta que os termos *estereótipo*, *ethos* e *identidade* compartilham semioticamente uma mesma sintaxe:

[...] os termos estereótipos, *ethos* e identidade compartilham uma mesma sintaxe: estática, no caso do primeiro, e dinâmica, no caso dos dois seguintes, que possuem valores semânticos distintos. Na qualidade de sintaxe, os três se reportam à projeção de imagens de si que envolve ao menos duas instâncias e se realiza em interação. Do ponto de vista semântico, estereótipos remetem a efeitos de sentido ancorados no ideário social, pela adesão ou incorporação que os participantes fazem de modelos dados; *ethos* pertence ao nível da relação enunciatório / enunciatário e diz respeito a efeitos de sentido por ela suscitados e produzidos, avaliados segundo modelos providos pelo imaginário social; e identidade reporta-se a efeitos de sentido da apresentação da pessoa diante de outras pessoas e da construção das instâncias “eu – tu – ele”, lidas a partir do quadro de valores sociais e dos modelos disponíveis. (Harkot-De-La-Taille, 2013, p. 158).

Podemos, assim, sustentar que, na imanência do texto, é possível recuperar a memória, uma vez que a historicidade está no primado da forma e não no da substância. Além disso, como propõem Discini (2010) e Pessoa de Barros (2011), a memória pode ser estudada semioticamente a partir da presença sensível, isto é, a partir das operações tensivas de entrada das grandezas no campo de presença do enunciatário, resultantes das estratégias discursivas efetuadas pelo enunciatório.

Portanto, em nossa análise no próximo tópico, perscrutaremos o campo de presença a partir de uma gradação dos sentido. Desse modo, podemos pensar, conforme propõe Discini (2015; 2010), em diferentes graus de presença para um sujeito, isto é, pensar o sujeito dado na intersecção escalar de sua presença sensível. Segundo a semiótica, que retoma a proposta tensiva à luz de uma estilística discursiva, é possível depreender uma gradação da presença sensível nos textos:

A noção transitiva de um sujeito cognoscente, necessariamente relacionado a um objeto cognoscível, se refinada sob os parâmetros tensivos da semiótica, viabiliza a investigação de um sujeito dado na intersecção escalar, logo gradativa, entre o sensível e o inteligível, vistos como

dimensões da tensividade, a qual supõe a correlação entre o intenso e o extenso: naquele se ancora a medida dos afetos; neste, o estado das coisas numericamente percebido. De tal intersecção, podemos depreender variações de presença, já que o intenso, base do sensível, e o extenso, base do inteligível, orientam diferentes modos de percepção. O sensível, ancorado no eixo da intensidade, viabiliza o despontar do andamento e da tonicidade. O andamento remete a uma presença que oscila entre a atenuação e o recrudescimento da própria celeridade. Para o andamento, “a oposição básica é [rápido vs. lento]” (Zilberberg, 2006, p. 236). A tonicidade supõe a presença que oscila entre o tônico e o átono. Tonicidade e andamento, segundo o mesmo autor recém-citado, cujo pensamento é fundador dos rumos tensivos da semiótica, entram em correlação inversa: quanto mais célere, mais tônica será a presença. Da dimensão do inteligível (eixo da extensividade), emergem o espaço, como gradação entre concentração e expansão, e o tempo como duração (abreviação/ alongamento). (Discini, 2010, p. 2-3).⁹

Temos, assim, seguindo essa proposta tensiva, a transitividade de um sujeito cognoscente aspectualizado por uma percepção sensível que gradua a sua presença por determinados parâmetros, a saber: do lado da intensidade (sensível), os gradientes do andamento (rápido vs. lento) e da tonicidade (tônico vs. átono); e do lado da extensividade (inteligível), os gradientes do espaço (concentrado vs. difuso) e do tempo (abreviação vs. alongamento). Esses parâmetros tensivos nos auxiliarão a depreender o campo de presença em que os dois gêneros selecionados, charge e editorial, dispõem as suas grandezas.

Para examinar o que ocorre no nível mais abstrato e fundamental dos discursos da memória quando existem pelo menos duas temporalidades linguísticas que entram em cena – como em nosso caso, em que um pode recuperar mais o discurso da arte (menor escopo do contexto pragmático) e o outro, mais o discurso da vida (maior escopo do contexto pragmático) –, podemos partir da categoria *presença/ausência*, uma vez que as modulações dessa categoria nos fornecerão a primeira modalização das relações entre o sujeito e o objeto tensivos, o que a teoria semiótica chama de *modalização existencial* (Fontanille; Zilberberg, 2001). Apresentamos, a seguir, o esquema que permite visualizar os diferentes modos da existência semiótica (cf. Figura 1)

No nível discursivo, aquele no qual a enunciação se assume, temos a *presença realizada*, isto é, há um sujeito em posse do seu lugar histórico no mundo. Para além da realização em discurso, existe

Paulo: Hucitec, 1998.

⁹ A obra citada é: Zilberberg, Claude. *Éléments de grammaire tensive*. Nouveaux Actes Sémiotiques. Limoges, France: Pulim – Presses Universitaires de Limoges, 2006.

uma *dêixis da presença* que, por sua vez, é correlata a uma *dêixis da ausência*. Na primeira, temos a *presença realizada* e também a *presença atualizada*. Nesta, temos uma presença que aguarda a realização, está em espera, por isso, algo lhe falta para que ela, de fato, se realize. Na segunda, temos uma *presença potencializada*, que é a memória que não é mais, mas é ainda (TATIT, 2010); e a *presença virtualizada*, que é uma memória esquemática apenas, uma abstração.¹⁰

Pessoa de Barros (2011, p. 61), em sua análise dos discursos autobiográficos, depreende dois percursos para a construção de uma presença: “um deles leva da realização à virtualização, passando pela potencialização, e o outro vai da virtualização à realização, passando pela atualização”. O primeiro percurso é nomeado de *memória-acontecimento* e o segundo, de *memória do acontecido*. Esses percursos são importantes para a construção de uma memória, porque, como explica a estudiosa:

[...] são os valores que podem voltar a ocupar o campo de presença do sujeito e não passado em si. As operações sintáticas que constituem as saídas e entradas no campo de presença do sujeito ficam, de certa forma, registradas, pois alteram seu sistema de crenças e valores, assim como suas expectativas. (Pessoa de Barros, 2011, p. 265).

Vamos, no próximo tópico, analisar qual é o percurso adotado em cada um dos textos selecionados. Com isso, pretendemos depreender como se instaurou a presença sensível da memória no gênero charge e editorial. A partir dos resultados de análise em cada um dos textos, será possível deduzir, sustentados pelo princípio da totalidade discursiva (Discini, 2003; Brøndal, 1986), o esquema tensivo desses dois gêneros discursivos, uma vez que o todo remete à parte, bem como a parte remete ao todo.

2. A presença sensível da memória nos gêneros charge e editorial

A pauta da mídia nas primeiras manifestações de junho enfatizava os prejuízos do vandalismo ocorrido durante os atos de protesto contra o aumento da tarifa de transporte público, organizados pelo Movimento Passe Livre (MPL).¹¹ Por isso, a temática

¹⁰ Sobre essas categorias propostas para as densidades de presença no discurso, Fontanille e Zilberberg (2001, p. 140-1) ressaltam que elas só valem como limites dos gradientes conjugados como categorias em que as correlações tensivas, uma vez estabilizadas, são convertidas em diferenças. Isso porque, na proposta tensiva, não se observam os termos complexos a partir dos termos simples, mas os termos simples a partir dos complexos.

¹¹ MPL é uma organização descentralizada de luta que reivindica o passe livre e gratuito para todos a um transporte público de qualidade. Sua primeira mobilização aconteceu em Salvador-BA nomeada *Revolta do Buzu*, entre os meses de agosto e setembro de 2003. Depois, ganhou força e organização na *Revolta da catraca* em

que a charge de Benett trata na charge escolhida é exatamente esse vandalismo. Para tanto, o estilo do gênero é sério-cômico. Esse estilo da charge de Benett surge de sua meta persuasiva dupla. Em um primeiro momento, surge para provocar o riso. Em segundo momento, ela objetiva estabelecer um contrato veridictório com o enunciário-leitor, de tal modo que este concorde com sua sanção negativa sobre os manifestantes depredadores. A composição da charge é bem elaborada, porque associa imagética e verbalmente a Idade da Pedra aos atos de vandalismo. Como podemos observar na reprodução da charge (Cf. Figura 2).

Na charge de Benett, a sátira surge da ação de vandalismo de um homem que depreda ônibus e prédios se avizinando à cena de um hominídeo do Período Paleolítico, a primeira fase da Idade da Pedra (10 milhões a.C - 10 mil a.C.). Com efeito, temos uma metáfora figurativo-temática, porque podemos ver a associação vândalo/hominídeo da Idade da Pedra. Isso traz um contributo temático-figurativo de grande densidade discursiva para a corporeidade do manifestante. Como explica Fiorin (2014), a metáfora é uma figura retórica que apoia as propriedades semânticas concentradas e tônicas:

A metáfora é uma concentração semântica. No eixo da extensão, ela despreza uma série de traços e leva em conta apenas alguns traços comuns a dois significados que coexistem. Com isso, dá concretude a uma ideia abstrata [...], aumentando a intensidade do sentido. Poder-se-ia dizer que o sentido torna-se mais tônico. Ao dar ao sentido tonicidade, a metáfora tem um valor argumentativo muito forte. O que estabelece uma compatibilidade entre os dois sentidos é uma similaridade, ou seja, a existência de traços comuns a ambos. A metáfora é, pois, o tropo em que se estabelece uma compatibilidade predicativa por similaridade, restringindo a extensão sêmica dos elementos coexistentes e aumentando sua tonicidade. (Fiorin, 2014, p. 34).

A charge, a partir da associação dos valores do ontem da Idade da Pedra ao do hoje do manifestante depredador, configurou uma metáfora, a qual fez com que os estereótipos e hábitos do homem das cavernas se contrapusessem aos estereótipos e atitudes do manifestante das Jornadas de Junho selecionados pelo sujeito da enunciação. A axiologização do sujeito da enunciação euforiza o primeiro para depreciar o segundo, visto que, para aquele, a pedra é um elemento da construção, já para este, ela serve para destruição. A potencialização resgata interdiscursiva e intertextualmente a história evolutiva da raça humana, ancorada no texto pela oposição *ontem/hoje*, para disforizar as atitudes do manifestante, as quais são contrárias à ordem

Florianópolis-SC em 2004. O movimento continuou crescendo até ganhar dimensão nacional nas Jornadas de Junho de 2013.

implicativa do mundo previsto pelo sujeito da enunciação. É a ruptura da lógica implicativa que sustenta o acontecimento concessivo no texto: embora tenhamos um *homem de hoje* que está mais avançado na história, ele age de maneira contraproducente quando comparado ao *homem de ontem*.

Desse modo, depreendemos que, na charge, embora a meta persuasiva recorte o tema da pauta do jornal que remete aos fatos do cotidiano, os contornos do tempo se diluem pelos mecanismos estilísticos do estilo sério-cômico próprio do gênero. Isso corrobora a concessão, o acontecimento que, no caso, é observado no emparelhamento do *homem de ontem*, figurativizado como o homem da Idade da Pedra, ao *homem de hoje*, figurativizado como o manifestante que depreda.

Compreendendo esse panorama, podemos depreender que a cena da enunciação dessa charge parte da realização à virtualização, passando pela potencialização, portanto, do presente para o passado. Essa direção é a que leva à memorização. Conforme explica Pessoa de Barros (2011), nesse percurso ocorre uma perda de densidade existencial de uma grandeza percebida pelo sujeito em seu *aqui* e *agora*. Embora essa direção leve ao enfraquecimento das grandezas no campo de presença do sujeito, é essa saída do modo realizado que permite a entrada na memória, sob a forma da memorização. Daí o gênero charge ser mais facilmente capturado sensível e inteligivelmente pela leitura do enunciário-leitor na maioria dos casos.

Daí termos em mãos um exemplo de memória-acontecimento, como propõe Pessoa de Barros (2011, p. 266, grifo da autora):

[...] a *memória-acontecimento* aparece como construção que se realiza ao longo do texto. Ela é capturada em seu devir, em sua ação de fazer aparecer e desaparecer o passado lembrado. É dinâmica, instável. Não cria a ilusão de acabamento, mas a cada pedaço do passado agarra-se um máximo de engajamento afetivo do sujeito que produz o texto tanto quanto é por ele produzido. A *memória-acontecimento* mostra o mínimo com o mais alto grau de força.

A charge de Bennett, embora não seja um discurso autobiográfico, é um texto que se constrói a partir de uma memória-acontecimento. Isso porque possui todas as características discursivas elencadas acima por Pessoa de Barros (2011). A charge mostra o mínimo com o mais alto grau de força. Na sua composição, possui apenas dois quadrados visuais e quatro enunciados verbais (*Idade da Pedra*, *ontem*, *hoje* e a assinatura do cartunista *Bennett*). Esses elementos que recuperam tematicamente, a partir de um metáfora verbovisual, um pedaço do passado, a Idade da Pedra, e, com ele, satirizam estilisticamente um fato noticiado no presente: o vandalismo durante

os atos de protesto. Com isso, não temos uma temporalidade linguística estável e estática, mas sim, dinâmica e instável, porque os limites espaço-temporais entre a Idade da Pedra e a contemporaneidade, entre o ontem e o hoje, se borram, diluindo-se no inacabamento estético.

Por isso, dizemos que o discurso da arte prepondera sobre o discurso da vida na charge, se comparado ao gênero editorial. Em termos tensivos, temos, nesse gênero, maior impacto (mais rápido) e maior tonicidade (mais tônico). A intensidade predomina sobre a extensidade, ou seja, o sensível é mais convocado discursivamente na estratégia do cartunista do que o inteligível. Confirma-se, assim, a memória-acontecimento na dinâmica: passado ← presente.

No gênero editorial, temos outro percurso, a saber: da virtualização à realização, passando pela atualização. Nesse percurso, ao invés de perder densidade existencial, ganha-se, cada vez mais, densidade. A dinâmica também é outra: passado → presente. Como explica Pessoa de Barros (2011, p. 265):

É o que se passa durante a rememoração, embora não seja o vivido que retorna, mas uma imagem, um simulacro, que carrega valores que o sujeito recordador acredita serem semelhantes aos investidos nas experiências passadas. É importante enfatizar ainda que esses valores podem apresentar-se como repulsivos ou atrativos para aquele que se lembra.

A rememoração dos fatos danosos ocorridos durante o ato de protesto acontecido no dia anterior foi a matriz propulsora dos efeitos de sentido no texto do editorial “Retomar a Paulista” – apresentado de maneira integral em Anexo. A temática do texto recortou principalmente os danos do vandalismo do dia anterior e, ainda, prospectou possíveis outros malefícios sociais que a perpetuação dos protestos na avenida Paulista poderiam trazer. Como podemos observar, desde o parágrafo inicial do texto, em que o enunciador faz uma súmula dos prejuízos causados pelo vandalismo:

Oito policiais militares e um número desconhecido de manifestantes feridos, 87 ônibus danificados, R\$ 100 mil de prejuízos em estações de metrô e milhões de paulistanos reféns do trânsito. Eis o saldo do terceiro protesto do Movimento Passe Livre (MPL), que se vangloria de parar São Paulo - e chega perto demais de consegui-lo. (Folha de São Paulo, p. A2, 13/06/2013).

O estilo do editorial é exacerbadamente sério, criando uma voz de autoridade que pode pedir, aconselhar e ordenar. Fato que fica patente desde o título do editorial selecionado: “Retomar a Paulista”. Esse título pode ser interpretado pelo enunciário-

leitor tanto como um pedido ou conselho quanto como uma ordem. Com isso, o enunciador-autor se põe como aquele que pode pedir ou ordenar, bem como sabe aconselhar.

A composição do gênero auxilia a criar e a manter essa voz de autoridade *no* e *pelo* texto. No editorial, legitima-se o lugar enunciativo a partir de uma presentificação da própria discussão por meio do efeito de concomitância do dito ao momento do dizer, isto é, usa-se, com abundância, o modo-temporal presente do indicativo e/ou o modo imperativo (FIORIN, 2008). Com isso, a rememoração fica sempre presentificada no texto, o que tem papel persuasivo duplo: um é a aproximação com o enunciatário; o outro é a intensificação do dito.

Além disso, essa rememoração vai reverberar por todo o texto do gênero editorial, porque, como explica Tatit (2010, p. 156), “[...] um conteúdo que tenha tido presença marcante na experiência do sujeito sempre conservará uma espécie de saudade da comoção, cujo valor tônico incita as reatualizações e as futuras realizações em novas formações semióticas”. Podemos observar isso nos seguintes trechos do editorial selecionado:

[...] os militantes lançam mão de expediente consagrado pelo oportunismo corporativista: marcar protestos em horário de pico de trânsito na avenida Paulista, artéria vital da cidade. Sua estratégia para atrair a atenção pública é prejudicar o número máximo de pessoas. (Folha de São Paulo, p. A2, 13/06/2013).

[...] Prefeitura e Polícia Militar precisam fazer valer as restrições já existentes para protestos na avenida Paulista, em cujas imediações estão sete grandes hospitais. (Folha de São Paulo, p. A2, 13/06/2013).

[...] A depender de horário e número previsto de participantes, o poder público deveria vetar as potencialmente mais perturbadoras e indicar locais alternativos. (Folha de São Paulo, p. A2, 13/06/2013).

No primeiro excerto, o enunciador retoma o fato da interdição da avenida Paulista para fundamentar sua argumentação *no presente* da enunciação. No segundo trecho, retoma *do passado* as restrições já existentes para protestos na avenida Paulista. E no terceiro, o enunciador propõe que atos de protestos como estes sejam vetados *no futuro*. Temos, assim, a rememoração da experiência do enunciador agindo sobre o enunciado tanto no presente da enunciação (atualização), quanto no passado (reatualização) e no futuro (futura realização). Essa memória da experiência de caos no trânsito e dos atos de vandalismo trazidos à luz pelo enunciador é, então, expectada, prospectada e retrospectada no presente da enunciação do texto do editorial.

Essa configuração discursiva atesta que há uma memória do acontecido guiando a interação enunciador-enunciatário nesse gênero. Como propõe Pessoa de Barros (2011, p. 266),

A memória do acontecido é pode ser aproximada da figura do arquivo, por construir-se discursivamente como algo que parece estar pronto antes mesmo da redação, como dado prévio. Ela fornece legibilidade ao passado lembrado, assim, como do texto, objeto que deve ser analisado e explicado à distância, e cuja sustentação é fornecida pelo efeito de referência.

Logo, é a referência à experiência dos danos causados pelo vandalismo e pelo transtorno a milhões de pessoas que sustenta a argumentação assertiva do editorial. Esse texto, portanto, recupera dados do contexto pragmático recente para apoiar suas proposições, além disso, seu discurso se manifesta linguisticamente no modo-temporal do presente do indicativo como recurso de aproximação com o enunciatário, mas também para presentificar o passado rememorado. Confirma-se, assim, a leitura da dinâmica na seguinte ordem: do passado para o presente.

Em termos tensivos, temos, assim, a predominância de sintagmas implicativos que “reportam-se à gramaticalidade das regras” (Zilberberg, 2011, p. 244), o que corresponde a um espaço mais difuso (que resgata um maior escopo do contexto pragmático) e um tempo mais alongado (que recupera, como vimos, presente, passado e futuro). Diferentemente da charge, no editorial é o inteligível que prepondera, portanto a extensividade é mais marcante na estratégia discursiva do sujeito da enunciação do editorial do que a intensidade. Logo, o discurso da vida prepondera sobre o discurso da arte nesse gênero, haja vista o maior escopo do contexto pragmático, quando comparados os gêneros editorial e charge.

Ressaltamos ainda que, embora estejamos diante de estratégias discursivas bem distintas dos gêneros charge e editorial, todas essas presenças são capturadas por uma percepção que é presentificada sempre, ou seja, a percepção parte da ordem do tempo presente (cf. Fontanille; Zilberberg, 2001, p. 123-152). Além disso, como Zilberberg (2011) explica, temos, no eixo da intensidade, a presença se deslocando da tonicidade rápida para a atonicidade lenta; ao passo que, no eixo da extensividade, ela vai da concentração breve para a difusão alongada. Diante dos resultados encontrados, podemos representar essas relações no seguinte esquema tensivo que contempla tanto a memória-acontecimento da charge quanto a memória do acontecido do editorial (cf. Figura 3).

Esse esquema tensivo representa que a charge, ao privilegiar a concessão, é mais tônica, mais rápida, mais concentrada e mais breve, portanto

instaura a memória-acontecimento, conforme a terminologia de Pessoa de Barros (2011). Já o editorial, ao instaurar mais sintagmas implicativos, é mais átono, mais lento, mais difuso, mais alongado, logo, tende a preferir a memória do acontecido, segundo a mesma terminologia de Pessoa de Barros (2011). Em termos bakhtinianos, a charge convoca mais o discurso da arte, porque possui menor escopo do contexto pragmático; já o editorial, o discurso da vida, porque resgata mais o escopo do contexto pragmático imediato para se compor.

O ator manifestante é disforizado em ambos os textos. No entanto, como a memória o resgata e o textualiza é bem diferente nos dois textos. Na charge, a estética e a ética construídas pelo sujeito da enunciação no enunciado produzem um efeito de sentido sério-cômico, enquanto a estética e ética do editorial produzem um efeito de sentido exacerbadamente sério. Portanto, verificamos, cotejando os dois gêneros, que a memória-acontecimento na charge, embora mais sensível, ainda conserva uma crítica social do cotidiano e que a memória do acontecido do editorial, embora mais inteligível, possui um perfil estilístico próprio, o qual não deixa de remeter a uma estética própria do gênero – por exemplo, o efeito de sentido de neutralidade que se utiliza de dados e argumentos de autoridade para afiançar seu posicionamento discursivo.

4. Considerações finais

Nosso intuito com este artigo foi o de perscrutar a construção da presença sensível da memória na charge e no editorial a partir de dois textos selecionados. Mais do que isso, problematizamos a maneira como essa memória se fundou nos discursos e textos que circularam durante o fenômeno das *Jornadas de Junho*. Os textos selecionados foram escritos no mesmo veículo, o jornal *Folha de São Paulo*, publicados no mesmo dia, 13 de junho de 2013, e na mesma página, A2. No entanto, eles são de gêneros discursivos diferentes: um é uma charge, e o outro, um editorial. Só esta diferença já os faz muito distintos, porque, como Bakhtin (2006, p. 268) afirma,

Os enunciados e seus tipos, isto é, os gêneros discursivos, são correias de transmissão entre a história da sociedade e a história da linguagem. Nenhum fenômeno novo (fonético, léxico, gramatical) pode integrar o sistema da língua sem ter percorrido um complexo e longo caminho de experimentação e elaboração de gêneros e estilos. (BAKHTIN, 2006, p. 268).

Nossa análise semiótica, em interlocução com as contribuições teóricas bakhtinianas, conseguiu evidenciar que, de fato, os gêneros discursivos são

correias de transmissão entre a história da sociedade e a história da linguagem. Se de um lado, constatamos diferentes tipos de memória em cada um dos gêneros estudados, conforme a proposta de Pessoa de Barros (2011); de outro, também confirmamos nosso ponto de vista de que a memória possui um caráter discursivo. Por isso, conseguimos recuperá-la a partir da noção tensiva de campo de presença, o que nos permitiu depreender a presença sensível de cada um dos gêneros selecionados (cf. Figura 3).

Outra contribuição deste estudo foi o de resgatar a presença sensível da memória a partir da construção do corpo discursivo do ator manifestante. A partir dos três elementos constitutivos de um gênero (a temática, o estilo e a composição), fomos depreendendo como o enunciatário arquitetava o ator do enunciado para avaliar e validar seu posicionamento perante o enunciatário. Tanto a charge, quanto o editorial sustentaram um posicionamento contrário às manifestações. Para tanto, elas construíram o corpo do ator manifestante a partir de determinada sintaxe e semântica discursivas.

Em termos gerais, o manifestante, na charge, foi associado ao tema do vandalismo; no editorial, ele foi figurativizado diversas vezes de forma negativa, como, por exemplo, “jovens predispostos à violência por uma ideologia pseudorrevolucionária” (Folha de São Paulo, p. A2, 2013). Logo, o corpo do ator do enunciado manifestante retoma todo o sistema de crenças e valores que o ator da enunciação *Folha de São Paulo*, uma vez que, pelo princípio de totalidade (Discini, 2003; Brøndal, 1986), a parte remete ao todo e vice-versa. Sendo assim, tanto a charge como o editorial sustentam-se a partir do posicionamento da *Folha de São Paulo* para afiançar seu contrato veridictório (crer-ser) e manipulatório (fazer-fazer) com seu público-leitor, pois, como Fiorin (2004, p. 137) explica,

[...] cada um dos jornais constrói seu público, seu leitor a partir de características discursivas. Essa imagem do enunciatário passa a ser um co-enunciador, na medida em que ela determina a escolha das matérias que entrarão no jornal, a forma como os textos são redigidos, a disposição da página, etc. Por outro lado, o enunciatário adere ao discurso, porque nele se vê constituído como sujeito, identificando-se com um dado *éthos* do enunciatário.

Portanto, os atores da enunciação, a imagem do enunciatário-jornal e do enunciatário-leitor, constituem simulacros do autor e leitor criados pelo texto, os quais não discutimos detidamente neste estudo devido à delimitação espaço-temporal, mas, direta e indiretamente, eles estão “no sistema de remissão do dado ao não dado” (Discini, 2015,

p.376) inscritos na corporeidade do ator. Como Greimas (2014, p. 78) já previa,

Ele [ator] é ao mesmo tempo o lugar de investimento desses papéis [actancial e temático] e de sua transformação, um vez que o fazer semiótico, que atua no âmbito dos objetos narrativo, consiste essencialmente no jogo de aquisições e perdas, de substituições e trocas de valores, modais ou ideológicos.

A partir desses pressupostos teóricos e de nossa análise semiótica, pudemos evidenciar como o ator manifestante é discursivizado na charge de Benett e no editorial “Retomar a Paulista”. Entendemos, com isso, como a discursivização peculiar a cada gênero funda um tipo distinto de memória. Do gênero à enunciação, a memória se funda discursivamente nesse limiar. E, como demonstramos, a semiótica tensiva desponta como um campo promissor para a elucidação das *caixas-pretas* dos estudos do texto e do discurso, como, por exemplo, a memória discursiva. ●

Referências bibliográficas

- Bahia, Benedito Juarez
2009. *História da imprensa brasileira*. As técnicas do jornalismo. Vol. 2. 5 ed. Rio de Janeiro: Mauad X.
- Bakhtin, Mikhail Mikhailovitch
2006c. Gêneros do discurso. In: _____. *Estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, p. 261-306.
- Barros, Diana Luz Pessoa de
2011. A comunicação humana. In: Fiorin, José Luiz. (Org.). *Introdução à linguística I*. objetos teóricos. 6. ed. São Paulo: Contexto, p. 25-54.
- Brøndal, Viggo
1986. Omnis et Totus. *Actes Sémiotiques* – Documents VIII, 72. Paris: Groupe de Recherches sémio-linguistiques; École de Hautes Études en Sciences Sociales, p. 11-18.
- Courtés, Joseph
1986. Mémoire. In: Greimas, Algirdas Julien; Courtés, Joseph. (Orgs.). *Sémiotique*. Dictionnaire raisonné de la théorie du langage II. (compléments, débats, propositions). Paris: Hachette, p. 137-139.
- Discini, Norma
2003. *O estilo nos textos*: histórias em quadrinhos, mídias, literatura. 2. ed. São Paulo: Contexto.
- Discini, Norma
2009. Semiótica: da imanência à transcendência (questões de estilo). *Revista Alfa*, São Paulo, v. 53, n. 2, p. 595-617.
- Discini, Norma
2010. Da presença sensível. *Revista CASA* – Cadernos de Semiótica Aplicada, Araraquara, v. 8, n. 2, p. 1-28, dez. 2010.
- Discini, Norma. *Corpo E Estilo*. São Paulo: Contexto, 2015.
- Fiorin, José Luiz
2004. O éthos do enunciador. In: Cortina, A.; Marchezan, R. C. (Orgs.). *Razões e sensibilidades: a semiótica em foco*. Araraquara: Cultura Acadêmica, p. 117-138.
- Fiorin, José Luiz
2008. Tempo e temporalização. In: Cagliari. Luiz Carlos. (Org.). *O tempo e a linguagem*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, p. 9-39.
- Fiorin, José Luiz
2012. Semiótica e história. *ANAIS – Seminários Teóricos Interdisciplinares do SEMIOTEC*. Belo Horizonte, vol. 1, n. 1, p. 1-31, Nov/2012.
- Fiorin, José Luiz
2014. *Figuras de retórica*. São Paulo: Contexto. Folha de São Paulo
2015. *Retomar a Paulista*. São Paulo, p. A2, 13/06/2013. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acessado em: 30 dez. 2015.
- Fontanille, Jacques; Zilberberg, Claude
2001. *Tensão e significação*. Tradução de Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit e Waldir Bevidas. São Paulo: Humanitas/ FFLCH-USP.
- Greimas, Algirdas Julien
1975. *Sobre o sentido*: ensaios semióticos. Tradução de Ana Maria Sampaio Fernandes et al. Petrópolis: Vozes.
- Greimas, Algirdas Julien
2014. *Sobre o sentido II*: ensaios semióticos. Tradução de Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Nankin; Edusp.
- Greimas, Algirdas Julien; Courtés, Joseph
2008. *Dicionário de semiótica*. Tradução de Alceu Dias Lima et al. São Paulo: Contexto.
- Greimas, Algirdas Julien; Fontanille, Jacques
1999. *Semiótica das paixões*: dos estados de coisas aos estados de alma. Tradução de Maria José R. Coracini. São Paulo: Ática.
- Harkot-de-La-Taille, Elizabeth
2013. *Sentir, saber, tornar-se*: estudo semiótico do percurso entre o sensorio e a identidade narrativa. 2013. 174 f. Tese (Livro docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Hjelmslev, Louis
1972. *La catégorie de cas*. Munique : W. Fink.
- Macedo, Benett Alberto de
2013. Charge. *Folha de São Paulo*. São Paulo, p. A2, 13/06/2013. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acessado em: 30 dez. 2015.
- Merleau-Ponty, Merleau
1999. *Fenomenologia da percepção*. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo:

- Martins Fontes.
Moreira, Orlandil de Lima; Santiago, Idalina Maria Freitas Lima
2013. Vem pra rua: os protestos de junho. In: Sousa, Aarão de Azevedo; Sousa, Cidoval Morais de. *Jornadas de junho: repercussões e leituras*. Campina Grande: EDUEPB, p. 13-21.
- Nobre, Marcos
2013a. *Choque de democracia: razões da revolta*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Nobre, Marcos
2013b. *Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Pessoa De Barros, Mariana Luz
2011. *O discurso da memória: entre o sensível e o inteligível*. 2011. 307 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Ricoeur, Paul
2007. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François et al. Campinas-SP: Editora da Unicamp.
- Saussure, Ferdinand de
2013. *Curso de linguística geral*. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 28. ed. 1. reimpressão. São Paulo: Cultrix.
- Secco, Lincoln
2013. As Jornadas de Junho. In: Maricato, Ermínia et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, p. 71-78.
- Tatit, Luiz
2010. *Semiótica à luz de Guimarães Rosa*. São Paulo: Ateliê Editorial.
- Voloshinov, Valentin
1976. Discourse in life and discourse in art (concerning sociological poetics). In: _____. *Freudianism. A marxiste critique*. Traduction by I. R. Titunik. New York: Academic Press, p. 93-116.
- Zilberberg, Claude
2011. *Elementos de semiótica tensiva*. Tradução de Ivã Lopes, Luiz Tatit e Waldir Bevidas. São Paulo: Ateliê Editorial.

Dados para indexação em língua estrangeira

Costa, Marcos Rogério.

Memory and tensivity: the movement “Jornadas de Junho de 2013” as depicted in editorial cartoons and editorials.

Estudos Semióticos, vol. 12, n. 1 (2016)

issn 1980-4016

Abstract: *The streets were taken by multitudes who shouted, ranted and wanted major economic, political and social reforms in June 2013, after the increase in public transport fares in São Paulo-SP and Rio de Janeiro-RJ. This event was named 2013 June Protests. In this article, the objective is to investigate, from the construction of the protester actor's body, from the 2013 June Protests, the sensitive presence of memory in the charge genre and in the editorial genre. For this purpose, we selected as corpus two texts, one of each genre, published the same day on the same page and the same media vehicle, namely the charge by cartoonist Bennett Alberto de Macedo (Macedo, 2013) and the editorial "Retomar a Paulista" (Folha de São Paulo, 2013), both published on page A2 of the newspaper Folha de São Paulo in June 13, 2013. Our theoretical framework supports the semiotic conception of body which understands the enunciation as presupposed instance by utterance (Discini, 2015; Greimas; Courtés, 2008). Thus, the person of flesh and blood is excluded from the semiotic scope of relevance, i. e., the referent is internal, immanent to language. The memory that we investigated in this study is the discursive character. From the Zilberberg (2001) tensive scheme and Pessoa de Barros (2011) proposal for the study of memory discourse, the analysis results of corpus show that the charge, by privileging the concession, is more tonic, more faster, more focused and shorter, therefore it establishes the event memory; while the editorial, by establishing more implication, is more unstressed, slower, more diffuse, more elongated, thus it tends to prefer the memory of past.*

Keywords: *Body; Protestor; Memory; Semiotics.*

Como citar este artigo

Costa, Marcos Rogério. Memória e tensividade: as Jornadas de Junho de 2013 na charge e no editorial.

Estudos semióticos [on-line]. Disponível em: (<http://www.revistas.usp.br/esse>).

Editores responsáveis: Ivã Carlos Lopes e José Américo Bezerra Saraiva.

Volume 12, Número 1, São Paulo, Julho de 2016, p. 43-54.

DOI: 10.11606/issn.1980-4016.esse.2016.120536.

Acesso em “dia/mês/ano”.

Data de recebimento: 10/01/2016

Data de aprovação: 26/05/2016

Retomar a Paulista

Avenida vital de São Paulo se tornou território preferido de protestos abusivos, que prejudicam milhões para chamar a atenção do público

Oito policiais militares e um número desconhecido de manifestantes feridos, 87 ônibus danificados, R\$ 100 mil de prejuízos em estações de metrô e milhões de paulistanos reféns do trânsito. Eis o saldo do terceiro protesto do Movimento Passe Livre (MPL), que se vangloria de parar São Paulo — e chega perto demais de consegui-lo.

Sua reivindicação de reverter o aumento da tarifa de ônibus e metrô de R\$ 3 para R\$ 3,20 —abaixo da inflação, é útil assinalar— não passa de pretexto, e dos mais vis. São jovens predispostos à violência por uma ideologia pseudorrevolucionária, que buscam tirar proveito da compreensível irritação geral com o preço pago para viajar em ônibus e trens superlotados.

Pior que isso, só o declarado objetivo central do grupelho: transporte público de graça. O irrealismo da bandeira já trai a intenção oculta de vandalizar equipamentos públicos e o que se toma por símbolos do poder capitalista. O que vidraças de agências bancárias têm a ver com ônibus?

Os poucos manifestantes que parecem ter algo na cabeça além de capuzes justificam a violência como reação à suposta brutalidade da polícia, que acusam de reprimir o direito constitucional de manifestação. Demonstram, com

isso, a ignorância de um preceito básico do convívio democrático: cabe ao poder público impor regras e limites ao exercício de direitos por grupos e pessoas quando há conflito entre prerrogativas.

O direito de manifestação é sagrado, mas não está acima da liberdade de ir e vir —menos ainda quando o primeiro é reclamado por poucos milhares de manifestantes e a segunda é negada a milhões.

Cientes de sua condição marginal e sectária, os militantes lançam mão de expediente consagrado pelo oportunismo corporativista: marcar protestos em horário de pico de trânsito na avenida Paulista, artéria vital da cidade. Sua estratégia para atrair a atenção pública é prejudicar o número máximo de pessoas.

É hora de pôr um ponto final nisso. Prefeitura e Polícia Militar precisam fazer valer as restrições já existentes para protestos na avenida Paulista, em cujas imediações estão sete grandes hospitais.

Não basta, porém, exigir que organizadores informem à Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), 30 dias antes, o local da manifestação. A depender de horário e número previsto de participantes, o poder público deveria vetar as potencialmente mais perturbadoras e indicar locais alternativos.

No que toca ao vandalismo, só há um meio de combatê-lo: a força da lei. Cumpre investigar, identificar e processar os responsáveis. Como em toda forma de criminalidade, aqui também a impunidade é o maior incentivo à reincidência.

Fonte: Acervo da Folha de São Paulo.

Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acessado em: 30 dez. 2015.

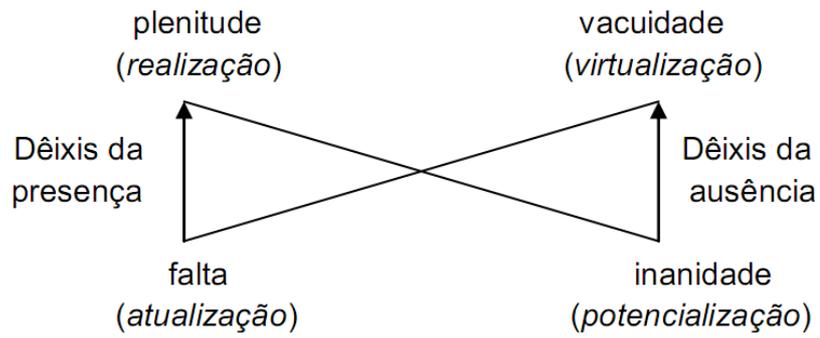


Figura 1: Modulação existencial. Fonte: Fontanille; Zilberberg (2001, p. 134)



Figura 2. Charge de Benett, publicada na Folha de São Paulo de 13 de junho de 2013. Fonte: Acervo da Folha de São Paulo. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acessado em: 30 dez. 2015.